

As mulheres e as raparigas merecem ter acesso à informação, aos contraceptivos e ao aborto seguro

Por: Nazira Vali Abdula, Ministra da Saúde, Irina Schoulgin Nyoni, Embaixadora da Suécia e Pascale Grotenhuis, Embaixadora dos Países Baixos



Nazira Vali Abdula, Ministra da Saúde, Irina Schoulgin Nyoni, Embaixadora da Suécia e Pascale Grotenhuis, Embaixadora dos Países Baixos

As mulheres e as raparigas devem ser livres de decidir se querem, quando querem e com quem querem ter filhos. Direitos sexuais e reprodutivos são direitos humanos. Eles são direitos fundamentais para o bem-estar de cada mulher e cada rapariga, para o seu desenvolvimento pessoal, para alcançar a igualdade entre os géneros, para o desenvolvimento da sociedade e para a redução da pobreza.

Pleno respeito pela saúde sexual e reprodutiva e direitos implica que uma mulher é livre de decidir sobre o seu próprio corpo. Antes de iniciar uma família, raparigas devem ter a oportunidade de ir à escola, terminar a educação, aprender a defender-se, cuidar de si próprias e de participar plenamente na sociedade. Adolescentes, tanto rapazes como raparigas precisam estar cientes de que os sinais da puberdade e sobre o direito de decidir se eles estão prontos para uma relação sexual ou não e com quem a querem ter. A combinação de meninas tendo acesso a uma vasta Educação de Sexualidade, nas escolas bem como fora delas, juntamente com o acesso aos contraceptivos a partir do momento em que atingem a idade fértil é crucial para decidir sobre o seu próprio corpo, evitar gravidezes indesejadas, permanecer livre de ITS e evitar um aborto.

Acesso aos contraceptivos é uma das maiores inovações contra a pobreza na história. Quando as mulheres e as raparigas são capazes de decidir sobre o calendário da sua primeira gravidez e o espaçamento entre gestações, elas podem continuar a sua educação, ganhar um rendimento e contribuir para o desenvolvimento do seu país. As mulheres que têm a oportunidade de decidir por si próprias terão filhos mais saudáveis e com melhor formação. Isto é claramente reconhecido na Agenda 2030 no Objectivo de Desenvolvimento Sustentável 3 (SDG3) para garantir vidas mais saudáveis e promover o bem-estar de todos em todas as idades e SDG5 que visa alcançar igualdade do género e o empoderamento das mulheres e raparigas. Além disso, o acesso aos cuidados de aborto seguro é considerado uma parte de um pacote global de saúde reprodutiva e sexual, intervenções sobre saúde materna e reprodutiva pelos principais organismos e organizações de saúde, incluindo a Organização Mundial de Saúde (OMS).

Hoje, cerca de 25% das mulheres em Moçambique utiliza métodos seguros e eficazes de planeamento familiar. Contudo cerca de outros 25% iriam também utilizá-los se tivessem o conhecimento e a oportunidade de o fazer.

O Governo de Moçambique tem expandido significativamente o acesso aos contraceptivos. Seu uso quase duplicou nos últimos anos. Também a disponibilidade de serviços amigáveis para os adolescentes e jovens, e informação sobre a saúde sexual e reprodutiva tem vindo a aumentar. As organizações da sociedade civil estão também a trabalhar em estreita colaboração com o governo para que isto aconteça.

Moçambique tomou a importante decisão de rever o Código Penal em Dezembro de 2014 que inclui a liberalização do aborto. Pela primeira vez é legal realizar um aborto por um profissional de saúde autorizado, e deve ser realizado com o consentimento unilateral da mulher se isso contribuir para evitar danos físicos e psicológicos e mentais decorrentes dessa gravidez. O Governo de Moçambique tem vindo a trabalhar em conjunto com os seus parceiros no seio da sociedade civil e as

Nações Unidas para operacionalizar esta lei. Campanhas de informação, formação de pessoal de saúde e prestação de serviços compreensivos de aborto seguro serão implementados em todo o país.

Em Janeiro deste ano os representantes do governo de Moçambique bem como as organizações da sociedade civil assinaram "A Declaração dos Líderes Africanos sobre Aborto Legal e Seguro como um Direito Humano" que exorta os governos Africanos a aumentar os orçamentos nacionais para a saúde sexual e reprodutiva e direitos, rejeitando políticas e financiamento que minam os esforços para combater o aborto inseguro.

A OMS e outras organizações concordam que a gama completa de serviços de saúde sexual e reprodutiva deve incluir o acesso aos cuidados de aborto seguro. É um facto bem conhecido que em sítios onde o aborto seguro não está disponível, aumenta o número de abortos inseguros. Em Moçambique, quase 13% das mortes maternas são devido a um aborto inseguro, o que representa cerca de 2 mulheres e/ou raparigas por dia. Cerca de 40 mulheres que sobrevivem a um aborto inseguro, ficam com lesões graves ou incapacidades permanentes, tais como a infertilidade. Estas mortes, lesões e incapacidades podem ser quase totalmente evitadas assegurando o acesso a uma educação sexual abrangente, contracepção moderna e a prestação de cuidados de aborto seguro.

Ainda existem barreiras sociais em Moçambique que impedem que as mulheres e as raparigas tenham acesso a cuidados de aborto seguro. São necessários grandes esforços para informar e advogar sobre a lei que supostamente deve oferecer serviços abrangentes de aborto em todo o país.

Aqui em Moçambique os governos dos Países Baixos e da Suécia estão a trabalhar com o Governo de Moçambique para prosseguir a sua política de aumentar o acesso a serviços de saúde sexual e reprodutiva e informações, incluindo o aborto seguro através do apoio ao programa de apoio à sociedade civil Acções para uma Governação Inclusiva e Responsável, AGIR, o One UN e Programa Geração Biz/Rapariga Biz, SMS Biz e a organizações internacionais não-governamentais como o Ipas e a PSI.

Os Países Baixos e a Suécia incentivam os países *like-minded* para em conjunto assumir uma posição e defender estes direitos das mulheres e das jovens e a saúde sexual e reprodutiva e direitos. A 2 de Março de 2017, fomos co-organizadores de uma conferência ministerial internacional em Bruxelas para apoiar a iniciativa *SHE DECIDES*, "Ela Decide" em conjunto com a Bélgica e a Dinamarca. O Ministério da Saúde de Moçambique foi representado pelo Director Nacional de Saúde Pública neste evento e a sociedade Civil foi representada pela AMODEFA. *SHE DECIDES* é um movimento pelos direitos de cada mulher e de cada jovem decidir se quer, quando e com quem ter filhos. O objectivo é juntar forças e angariar apoio financeiro para tornar a saúde sexual e reprodutiva e direitos disponíveis para milhões de mulheres e raparigas no mundo inteiro, e até hoje cerca de 190 milhões de dólares norte-americanos foram prometidos. Todos podem aderir a este movimento! Todos podem contribuir para os objectivos deste movimento da sua própria forma. Por favor junte-se à campanha online no www.shedecides.eu.

Notícias, Publicidade, 08.03.2017, Pág 27, ed 29.989